



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgInt no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1423533 - AL
(2018/0347691-6)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : SINDIFISCO NACIONAL - SIND. NAC. DOS AUD. FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
ADVOGADOS : DANIEL CONDE BARROS - AL005860
SÉRGIO LUDMER E OUTRO(S) - AL008910A
IGOR CORREIA PACHECO DE ALMEIDA - AL011837
AGRAVADO : UNIÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL. NÃO IMPUGNAÇÃO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DA UNIÃO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interno manejado por SINDIFISCO em face de decisão que determinou o sobrestamento do feito.

No caso dos autos, a União interpôs agravo em recurso especial contra decisão que não admitiu recurso especial manejado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região nestes termos ementado (e-STJ fl. 118):

EXECUÇÃO DE SENTENÇA. JUROS DE MORA EM REQUISIÇÃO COMPLEMENTAR DE PAGAMENTO. PRECLUSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. IPCA-E E TR. DECISÃO DO STF ADINº 4.357 e ADINº 4.425. MODULAÇÃO DOS EFEITOS. AGRAVO.DESPROVIMENTO.

1. Não se verifica a preclusão, papa inclusão de juros de mora, diante da ausência de indeferimento expresso ou tácito da pretensão executória, antes da expedição do precatório principal em face de haver sido requerido na primeira oportunidade no Juízo da execução. Precedente da 1ª Turma do TRF-5ª Região.
2. O STJ e TRF da 5ª Região orientam-se no sentido de que somente são devidos Juros de Mora até a liquidação do valor executado, o que ocorre com a definição do valor devido, configurado no trânsito em julgado dos embargos à execução ou , quando estes não forem opostos, no trânsito em julgado da decisão homologatória da conta.
3. Índice de correção monetária: A modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade do STF proferida no julgamento das ações diretas de Inconstitucionalidade nºs 4.357 e 4.425 é aplicável apenas aos precatórios já expedidos ou pagos, devendo-se considerar o IPCA-E na elaboração dos cálculos para futura expedição de precatórios.
4. Desprovimento do agravo de instrumento.

Nas razões do especial, a União defende violação do art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, com redação dada pela Lei n. 11.960/2009, por entender que a correção

monetária deve ser calculada nos termos determinado por esse dispositivo legal. Suscita, também, malversação do art. 730 do CPC/1973, do art. 394 e do art. 6º da Lei n. 9.469/1997, uma vez que juros moratórios não são devidos entre a elaboração dos cálculos e o pagamento do precatório (ou RPV) realizado durante o prazo previsto na CF/1988.

A Corte de origem não admitiu o recurso especial pela ausência de prequestionamento das teses apresentadas pela União e pela impossibilidade de analisar violação de questões constitucionais em recurso especial.

Nas razões do agravo em recurso especial, a União defende o prequestionamento de suas questões e reitera as questões elencadas no recurso especial. Requer, em síntese, o exame do recurso especial ou, então, o seu sobrestamento até que haja a efetiva modulação dos efeitos do RE 870.947/SE e no RE579431/RS.

O Min. Presidente do STJ determinou o sobrestamento dos autos em razão de repercussão geral da matéria que esteve sob exame do Supremo Tribunal Federal nos autos do RE 870.947/SE. Essa decisão foi mantida por decisão às e-STJ fls. 406/408.

Nas razões do agravo interno, o recorrente defende que o exame de suas pretensões não precisa ficar sobrestada. Segundo o SINDIFISCO, o agravo em recurso especial da União não pode ser conhecido em razão da Súm. n. 182/STJ e pela natureza constitucional da matéria nele elencada.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: “Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”.

Não há razões para que o processo fique sobrestado. O trânsito em julgado do RE n. 870.947/SE (e, consequentemente, das premissas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal) ocorreu em 31.3.2020. Ademais, observa-se que o agravo em recurso especial impugna o fundamento do Tribunal de origem para a não admissão do recurso especial. Portanto, passa-se ao exame do recurso especial.

A pretensão não merece acolhida.

A decisão não admitiu o recurso especial porque destacou a impossibilidade de revisão de questões constitucionais pelo Superior Tribunal de Justiça nesse recurso. Esse fundamento não foi impugnado nas razões do agravo em recurso especial.

Dessa forma, não é possível conhecer do presente agravo, tendo em vista a incidência do teor do art. 932, III, do CPC/2015, in verbis:

Art. 932. Incumbe ao relator:

I - dirigir e ordenar o processo no tribunal, inclusive em relação à produção de prova, bem como, quando for o caso, homologar autocomposição das partes;

II - apreciar o pedido de tutela provisória nos recursos e nos processos de competência originária do tribunal;

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

Ressalte-se, também, que o caso atrai a aplicação, por analogia, da Súmula nº 182 do STJ, in verbis: “É inviável o agravo do artigo 545 do Código de Processo Civil que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada”.

Ante o exposto, conheço do agravo interno para, em juízo de reconsideração, não conhecer do agravo em recurso especial da União.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 01 de abril de 2020.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator